

## ENTREVISTA COM O PROF. RICARDO ANTUNES

### Resumo

Ricardo Antunes, em ampla entrevista aos *Cadernos*, discute os impactos da crise do capital, indicando a ampliação do processo de precarização estrutural do trabalho em escala global, revê algumas teses dos livros de sua autoria *Adeus ao trabalho?* e os *Sentidos do trabalho* e avança as hipóteses que atualmente investiga no projeto coletivo *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, já caminhando para o quarto volume. Polêmico, atualiza as discussões em torno da centralidade do trabalho e do Estado e da permanência da Teoria do Valor, mobilizando as contribuições de autores que lhes são próximos teoricamente, como István Mészáros, ou contrários, como Jürgen Habermans e A. Negri.

**Palavras-chave:** Crise do capital. Centralidade do trabalho. Precarização do trabalho.

### Entrevistado:

#### **Ricardo Antunes**

Dr. em Ciências Sociais, Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Visiting Research Fellow na Universidade de SUSSEX, Inglaterra. Coordena as Coleções Mundo do Trabalho (Boitempo) e Trabalho e Emancipação (Expressão Popular), pesquisador CNPQ.

### Entrevistadores:

#### **Joaci de Sousa Cunha**

Prof. Dr. em História Social, Assessor do CEAS, Pós-doutorando no PPG em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, Co-editor dos Cadernos do CEAS.

#### **Ângela Borges**

Dra em Ciências Sociais, Professora Adjunta do PPG em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, Co-editora dos Cadernos do CEAS

### Apoio técnico:

#### **Vander Costa e Luciana Alfano**

Mestrandos do PPG em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal.

### **CADERNOS DO CEAS: A partir da crise financeira mundial de 2008, o que mudou na agenda do capital em sua relação ao mundo do trabalho?**

**Ricardo Antunes:** O receituário atual dessa agenda, no meu entender, começou com a crise de 1973. Desde lá existe uma pauta do capital, moldando o desenho do trabalho. O marco, portanto, pode ser identificado no período posterior ao que o mundo do capital chama de crise do padrão taylorista e fordista, mas que expressa uma dimensão muito mais profunda. Na verdade, em 1973, vivenciamos um momento muito expressivo da crise estrutural do capital. Aquilo que normalmente é citado como crise da rigidez taylorista e da produção em massa fordista resultou de um movimento que questionava o controle social da produção, expresso pelas lutas sociais do trabalho. Ao salientarmos esse elemento, lembramos as lutas em Paris de 1968 e as desencadeadas na Europa, Estados Unidos, México e Brasil, naquele ano.

Lembramos ainda das que ocorreram na Argentina-Córdoba e a do Outono quente na Itália, em 1969, entre outras. Desde essas lutas, em que o proletariado e um leque mais ampliado de lutas sociais questionavam o controle social da produção, que o capital redefine uma pauta, um receituário para o trabalho.

Segundo esse receituário, a empresa flexível tem que conviver com um, digamos assim, sistema protetor do trabalho, que também tem que ser flexível. A essência do toyotismo, um de seus elementos essenciais, é dada pelo fato de que a empresa pode se expandir e se retrair em função das oscilações de mercado. Mas para que ela possa expandir, quando o mercado consumidor assim demandar, e retrair ou enxugar-se, quando há retração do mercado consumidor, essa empresa flexível precisa ter a liberdade de contratar e demitir trabalhadores e trabalhadoras, sem os “constrangimentos” oriundos da era tayloriana ou fordista. Nasce desse contexto, então, a ideia de uma classe trabalhadora desprovida de direitos, flexibilizada de tal modo que pode trabalhar 2 ou 3 turnos por um tempo e ficar alguns meses sem trabalhar, quando o mercado de consumo atravessa, como está ocorrendo neste momento, um quadro de retração.

O segundo elemento fundamental desse receituário é a ideia de que poucos trabalhadores e trabalhadoras devem realizar o trabalho de muitos, porque agora estão imbuídos de uma atividade coletiva no interior das “células”, dos “times”, das “equipes” de produção. São, pois, polivalentes ou multifuncionais, ou seja, devem fazer trabalhos vários e simultâneos. Não faz mais sentido, para o capital, que cada um se especialize em só uma atividade, tal como ditava a lógica tayloriana, em que um dependia do trabalho do outro. O toyotismo supôs uma cooperação entre trabalhadores e trabalhadoras, impondo que eles não operem uma máquina só, mas várias máquinas. Operam quatro ou cinco máquinas, dependendo do produto que se vai produzir. Então, entram em cena as equipes de produção, a polivalência e a multifuncionalidade.

Terceiro elemento vital dessa redefinição (toyotismo): os sindicatos de classe são inaceitáveis. O sindicato, grosso modo, tem dois caminhos: um deles é aceitar a adesão e a parceria com o capital. É muito importante lembrar que o toyotismo japonês, no começo dos anos 1950, teve que enfrentar o sindicalismo, que na época era ligado ao Partido Comunista japonês, um pouco mais classista que os partidos comunistas do Ocidente. O sindicalismo japonês foi desestruturado. O empresariado, diante de uma greve na Nissan, em 1953, utilizou-se inclusive de um *lockout* para poder fazer com que a greve de trabalhadores fosse esvaziada,

convertida numa paralisação da produção imposta pelo patronato. Com o sindicalismo classista desestruturado, criaram-se centenas de sindicatos por empresa. A partir daí, ganha forma a ideia de sindicalismo partícipe/colaborador, essa tragédia que nós estamos vendo no Brasil, desde os anos de 1990, com a conversão do sindicalismo combativo em um sindicalismo mais negocial. Trata-se, na verdade, de algo imposto por esse cenário: os sindicatos de parceria. No caso da Toyota, por exemplo, várias vezes o sindicato chegou a indicar o gestor de Recursos Humanos da empresa. Vale dizer que não fez isso por uma conquista dos sindicatos, mas por uma simbiose tão profunda entre o sindicalismo negocial e a direção da empresa que o sindicato converteu-se em sindicato do capital.

**CADERNOS: Poderíamos dizer que o toyotismo japonês antecipou, em relação ao sindicalismo, uma receita que o neoliberalismo iria implantar na década de 1970?**

**Ricardo Antunes:** Sim. Porque, veja, quando o neoliberalismo passa a vigorar na Inglaterra, a partir de 1979, com Margaret Thatcher, em 1980, com Ronald Reagan, e depois com Helmut Kohl, na Alemanha, a ideia, o caso exemplar é o sindicalismo inglês. Eu pude trabalhar um pouco essa experiência no meu livro *Os sentidos do trabalho*. Pesquisei e escrevi boa parte dele na Inglaterra, no meu pós-doutorado. Nele trato, entre outros aspectos, sobre a eliminação do sindicalismo trabalhista inglês, um sindicalismo reformista, mas que, em sendo reformista, lutava por reformas para o trabalho. O sindicalismo trabalhista inglês nunca fora revolucionário, mas atuava a favor das conquistas para a classe trabalhadora. Mesmo esse sindicalismo foi dizimado.

Para o neoliberalismo, os sindicatos são um inimigo frontal do avanço do capitalismo. Aliás, o Hayek diz isso claramente no seu livro *O caminho da servidão*. Para ele, os sindicalismos são a *corporação do trabalho*. Ele usa essa expressão, a *corporação do trabalho*, no sentido de que são os sindicatos um entrave a eliminar.

Por isso, respondendo à sua pergunta, em certo sentido, podemos afirmar que sim. Há apenas uma diferença que vale ser destacada entre o sindicalismo japonês, anterior à imposição do toyotismo, e o inglês. O sindicalismo inglês não era como o japonês, inspirado por uma visão, digamos assim, comunista do sindicalismo. O Labor Party, o antigo partido trabalhista inglês, tinha uma prática reformista e participava, por exemplo, de órgãos de Estado, de controle de empresas estatais, de órgãos tripartites, com uma visão bastante reformista. Uso aqui a

expressão *bastante reformista* sem nenhum sentido positivo ou negativo, mas indicando que era efetivamente voltado para reformas em benefício do trabalho. Então, há similitudes, mas em certo sentido, claro. A cooptação advinda do toyotismo é uma antecipação da repressão/cooptação que tivemos depois, com a Margaret Thatcher em relação ao sindicalismo inglês.

**CADERNOS: Retomando a questão inicial, poderíamos dizer, então, que a crise, a partir de 2008, reforçou as ações de subordinação do trabalho pelo capital, digamos, ampliando a terceirização e outras medidas de precarização, que já vinham sendo adotadas desde a crise de 1973?**

**Ricardo Antunes:** Isto. Talvez valha a pena aqui indicar ainda mais um ponto, que é mais de fundo, sobre a leitura a qual me filio em relação à crise dos anos 70, 73, 74. Aqui no Brasil nós chamamos aquela época de “crise do petróleo”. Ela era tudo, menos a crise do petróleo. A crise do petróleo foi uma manifestação fenomênica da crise estrutural profunda do sistema do capital. Essa é fundamentalmente a leitura do István Mészáros que, com diferenças e também certas similitudes, está presente em algumas análises feitas pelo François Chesnais, francês, e pelo alemão Robert Kurz. Embora eles tenham diferenças, os três, e de modo muito acentuado István Mészáros e Robert Kurz, dizem que se trata de uma crise estrutural.

Essa crise abriu, segundo István Mészáros – eu acho a hipótese muito rica – uma nova fase do capitalismo. Este não mais tenderia a ser marcado por períodos de expansão e períodos de crise, a exemplo dos ciclos de Kondratiev, utilizados por Ernest Mandel em suas análises. Sobre a tese de Mészáros, eu diria que ela tem se mostrado verdadeira, nós abandonamos a fase dos ciclos, adentramos uma nova era de crise estrutural do sistema do capital. Um parêntese: a ideia de Mészáros de sistema de capital não se restringe ao capitalismo. Para ele, a União Soviética e os países do Leste europeu se inseriam, digamos assim, numa espécie de *sociedades do capital pós-capitalista*. Não eram países estritamente capitalistas, mas tinham ainda um sistema de capital dominante. Mészáros, de forma bastante original, vai dizer que a partir de 1973 abre-se um período de crise estrutural do capitalismo. Isso significa afirmar que, no lugar dos ciclos de expansão e crise, passamos a assistir a um longo *continuum* em depressão, no qual, conjunturalmente, podemos ter momento de expansão e crise. Nos Estados Unidos, uma crise profunda e depois crescimento. No Japão, uma crise profunda e depois crescimento. A Europa estancada: um país cresce um pouquinho, o outro cai. Ou seja,

numa linha de tendência decrescente, ciclos conjunturais, já que a tendência estrutural é declinante. Para Mészáros, destaque, esse processo não é medido somente pela lei da taxa de lucro, lei decrescente. O que ele está afirmando é que nós adentramos uma era de crise estrutural, porque o capitalismo não consegue mais sobreviver senão destruindo. Adentramos uma era, digamos assim, em que a destruição da natureza, do meio-ambiente, da força viva de trabalho e as guerras dão o tom, ainda que o sistema possa conviver por muito tempo com essa situação.

Esta é a diferença entre Robert Kurz e István Mészáros. Kurz antevê o colapso do capitalismo. Mészáros não fala em colapso, afirma que os capitalistas, as empresas, o Estado capitalista sabem muito bem conviver com a crise. Por isso, Mészáros nunca esteve de acordo com as teses equivocadas de Toni Negri e Hardt, para os quais o Estado teria, no último período, perdido sua relevância. Mészáros diz que um grande país capitalista não consegue viver uma semana se não tiver o Estado, que o Estado é imprescindível numa economia capitalista e que os Estados Unidos, Alemanha, assim como os demais países, mostram isso.

A partir de 2008, então, tivemos a intensificação desse quadro. Acentuou-se o que venho chamando, num contexto de crise estrutural, a ampliação de um processo de precarização estrutural do trabalho em escala global. Tenho batido um pouco nessa tecla. Temos uma agenda, para usar os termos do capital, voltada para extrair o máximo do trabalho. Marx falava na mais-valia relativa, mais-valia absoluta. Em alguns momentos de *O Capital*, ele chega inclusive a mencionar, apesar de não desenvolver muito sobre essa questão, a extração de mais-valia extraordinária, fazendo referência ao momento dos saques generalizados sobre a classe trabalhadora, que só podem ser ampliados através da precarização. Um exemplo dessa situação é o alto maquinário desenvolvido nessas últimas décadas, convivendo com a ampliação das jornadas de trabalho.

Pietro Basso, em seu belíssimo livro, *Tempos modernos, horários antigos*, vai dizer que os tempos modernos trazem as jornadas mais longevas. Em 1998/99, a França tomou medidas para reduzir a jornada de trabalho. Mas anos depois, o empresariado francês sepultou essa ideia. Não fazia sentido para o capital reduzir a jornada de trabalho, mas sim ampliá-la. O que temos assistido, portanto, é a ampliação da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, fruto do alto nível de avanço tecnológico e do aumento da intensidade do trabalho.

Em 2008, com a crise, esse processo se acentua. No que concerne ao trabalho, há uma precarização estrutural ainda mais profunda, lembrando que esta crise, num primeiro

momento, atingiu centralmente os países do norte do mundo. Em 2008/2009, devastou os Estados Unidos fazendo surgir movimentos como o Occupy Wall Street. Arrebentou também a Inglaterra, Itália, França, Espanha, Portugal, Alemanha, assim como os elos mais frágeis da economia europeia, como Portugal, Espanha e Grécia.

Sabíamos, também, que se ela começou devastando os países do norte, pelo caráter mundializado da economia capitalista hoje, ela chegaria, como chegou, aos BRICS, países de economia intermediária forte, como a China, Índia, Rússia, Brasil, África do Sul. Se imaginarmos que 1% de crescimento econômico menor na China é uma hecatombe, pensemos no impacto de quedas de 12 para 11, de 11 para 10, até chegar ao 6.9, que é o índice de crescimento chinês hoje. Isso significa desemprego em várias partes do mundo, porque muitos países produtores de *commodities*, como é o nosso caso, dependem de uma economia “bombando”, como a chinesa, para vender minério, soja, entre outros.

**CADERNOS:** Essa configuração da crise nos permite também discutir os seus desdobramentos a partir da reação das classes trabalhadoras. O que você percebe em termos de reconfiguração da classe que vive do seu trabalho no atual momento da crise estrutural do capital?

**Ricardo Antunes:** Muitas coisas. Primeiro quero resgatar uma tese essencial do *Adeus ao Trabalho?*, livro onde eu tratei fortemente sobre esse tema. Em primeiro lugar, a classe trabalhadora não diminuiu. É um mito essa tese eurocêntrica de que a classe trabalhadora diminuiu. Em certo sentido, a classe trabalhadora aumentou, porque hoje você conta os bilhões os homens e mulheres que dependem de trabalho para sobreviver. Somos hoje muito mais do que há 10 ou 15 anos atrás. A diferença é que o emprego não é mais aquele emprego estável tayloriano- fordista, com certa regulação protetora do trabalho, é um emprego desregulado, desregulamentado, prevalentemente desprovido de direitos, informal, terceirizado, flexibilizado. Tudo isto faz com que tenhamos uma classe trabalhadora diferente da anterior. É claro que a classe trabalhadora sempre foi, inclusive no período taylorista- fordista, uma classe trabalhadora heterogênea. Nunca dissemos que a classe trabalhadora era homogênea e ficou heterogênea. Mas podemos dizer, conforme explicito em *Adeus ao trabalho?* e em outros livros, e podemos confirmar na realidade, que a classe trabalhadora tornou-se, a partir desses dois momentos críticos, dos anos 1970, e de forma ainda mais acentuada a partir de 2008/2009, mais heterogênea, mais complexificada e mais fragmentada.

Longe de ter diminuído quantitativamente, houve uma explosão. Isso é o que eu estou inclusive pesquisando agora. Houve uma enorme expansão, quantitativa e qualitativamente falando, do que chamo do novo proletariado de serviço. O jovem proletariado, ultraprecarizado que atua prevalentemente nos serviços, mas não só. Chamo ainda atenção para uma coisa: serviço no sentido amplo. Cabe então perguntar: os trabalhadores de serviços da indústria são proletários de serviços ou proletariado industrial com a cara de serviços? Aqui tem uma tese que eu também tenho desenvolvido há algum tempo, que considero muito importante, vital. No passado, 20 anos atrás, nos falávamos em indústria, agricultura e serviços. A indústria produtiva, a agricultura produtiva e os serviços, grosso modo, improdutivos. Hoje, na verdade, temos a agricultura, a indústria e os serviços, mas com uma zona de intersecção enorme: a agroindústria, a indústria de serviços, os serviços industriais. Tem um segundo elemento que decorre dessa era neoliberal e financeira desses últimos 40 anos: esses três setores são totalizados pelo capital. O capital os controla. E o capital não vai controlar o setor de serviço para mantê-lo improdutivo para o capital. Então, nós tivemos uma transformação profunda. O setor de serviços, que no passado recente era prevalentemente público se torna um setor privatizado, gerador de lucro e, frequentemente, pela via da extração da mais-valia. Telefonia, previdência, hospital, escola, bancos, com todas as diferenças que possamos identificar entre estes segmentos, estradas, tudo que no passado recente era empreendimento público, era o setor público, e que se tornou privatizado, tornou-se também gerador de lucro. Vou além, tornou-se gerador de lucro porque o seu proletariado em serviços é um proletariado que gera mais-valia, mais-valor. Bom, isto é uma verdadeira negação visceral, frontal das teses equivocadas de André Gorz, Claus Offe, Jürgen Habermas, que diziam que o proletariado estaria acabando. Habermas chega a dizer que a teoria do valor está perdendo a sua vigência. Bom, é por isso que o Habermas hoje está quietinho, fala de outras coisas, disso não fala mais. Sumiu. Valeria para o Habermas um pouquinho do que o nosso “príncipe” disse certa vez: “esqueçam tudo que eu escrevi”. Claro que eu estou sendo um pouco injusto com o Habermas, que tem parte de sua produção acadêmica noutra direção, que eu não vou tratar aqui. Mas estudei com cuidado as considerações habermasianas no que concerne ao trabalho; estas poderiam ter sido resumidas em uma frase que o E. P. Thompson certa vez utilizou para caracterizar a obra de Louis Althusser: é um *planetário de erros*, uma plethora de equívocos, um atrás do outro.

Na teoria da Ação Comunicativa esses equívocos são visíveis e eu tentei tratar disso com o maior cuidado, nos limites que eu tenho, em *Os sentidos do trabalho*, que tem um capítulo

onde faço uma análise crítica sobre essa questão. Não li nenhum comentador, eu não tratei de nenhum comentador, eu fiz questão de fazer um debate com Habermas, polarizando o Habermas, não com o Marx, porque o Marx é um autor de uma geração anterior, mas polarizando e problematizando com o Habermas as formulações ontológicas do Lukács. O que busquei mostrar no meu livro foi que, como resultado desses processos, temos uma classe operária mais jovem, em muitas partes do mundo, mais imigrante.

O fenômeno das imigrações se tornou uma carga explosiva. Aliás, costumo dizer que a manifestação mais visível do que chamo de precarização estrutural do trabalho está presente no trabalho escravo, que ressurge, e no trabalho dos imigrantes. Ambas as formas são expressões brutais da precarização estrutural do trabalho. E quando eu falo em imigrante, refiro-me ao do Sul ou do Norte do mundo. São os imigrantes do Sul presentes no mundo; os do Norte, no Sul; os do Leste, no Oeste; os do Sul, no Sul; os do Norte, no Norte... Temos, entre outros povos, os haitianos no Brasil, assim como os brasileiros no Japão; os mexicanos nos Estados Unidos; trabalhadores de diferentes países africanos, na Europa; os povos mulçumanos nos países do chamado Ocidente; temos os chineses no mundo inteiro... Em outras palavras, a onda migratória mundial é um fenômeno que tipifica a crise estrutural do capitalismo.

Trata-se então, de uma classe trabalhadora que vem a ser mais complexa, mais heterogênea, mais fragmentada, que nasce à margem da legislação social, protetora do trabalho, frequentemente chamada de *precariado* por alguns autores na Europa. Não tenho problema de chamá-la de precariado, desde que não se caia no equívoco que alguns caem, como o Guy Standing, por exemplo, de dizer que o precariado é uma *nova classe perigosa*. Ou seja, afirmar como novo algo que a classe trabalhadora sempre foi. Engels mostra isso em seu belíssimo livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. A classe trabalhadora inglesa, diz o Engels, no seu prefácio, é uma amálgama de trabalhadores e trabalhadoras que vão daqueles que estão no topo, na “elite” dessa classe, até o submundo, que está abaixo do desemprego, que está fora do exército industrial de reserva, que já passou por todos os níveis da degradação do trabalho. Portanto, a classe trabalhadora sempre foi muito heterogênea, mas é também uma classe capaz de inovar com outras formas de luta. Então, por exemplo, a greve não é sempre seu instrumento mais forte.

**CADERNOS - Então, temos uma classe trabalhadora reconfigurada, mais heterogênea, submetida a um grau de exploração ainda maior, que lança mão de ferramentas de luta antigas, mas também pode apresentar novas ferramentas de combate. Essa classe está se preparando para embates futuros e o que já se pode perceber sobre essas novas formas de organização e de luta?**

**Ricardo Antunes:** Claro que essa pergunta é difícil, porque se olharmos o Brasil, temos uma realidade, na Argentina outra, no México outra, na Coreia outra, no Japão outra, na Inglaterra outra, na China outra... A China ainda é mais diferente por possuir um sindicalismo estatal, controlado pelo Partido Comunista, que é um organismo de repressão, ou seja, lá não tem sindicato livre. Isso torna o panorama nesse país ainda mais complexo, já que se olharmos para os Estados Unidos, a Inglaterra, embora exista neles uma política áspera, antissindical, existe resistência sindical e existem sindicatos fortes e de classe. No caso chinês, o Partido Comunista controla o Sindicato oficial, não dando brecha para que este sindicato passe a representar suas bases. Então, veja, num primeiro plano é possível dizer que os sindicatos e partidos sofreram muito o impacto das mudanças estruturais de que falávamos antes.

No caso do sindicalismo brasileiro vigente na era tayloriana ou fordista, ele contava com um trabalhador estável, no sentido celetista do termo, predominantemente masculino, principalmente na indústria automobilística, onde se observava alta concentração operária e certa prevalência do trabalho qualificado ou semiqualificado. De repente, ele passou a conviver com o trabalho terceirizado, flexível, com os serviços terceirizados dentro e fora do local de trabalho, com a presença dos imigrantes, agora com mais intensidade também no Brasil. O que quero dizer é que os sindicatos viveram um turbilhão. Essa situação não é em si uma novidade. Do século XIX para o XX, quando saímos da indústria manufatureira, de passado artesanal, para a indústria de massa, os sindicatos viveram o primeiro momento como um *tsunami*. Como é que você deixa de ser um sindicalismo de ofício, presente no século XIX e passa a ser um sindicalismo de massa? Hoje estamos vivendo a dificuldade de deixar de ser um sindicato tradicional e vertical, característico do século XX, que caminhava em paralelo com as empresas verticais tayloristas e fordistas, para construir um sindicalismo mais horizontal, na medida em que as estruturas em rede horizontalizaram a produção.

Atualmente, a grande empresa não é aquela que tem uma unidade verticalizada onde todo mundo trabalha. A grande empresa é aquela esparramada pelo mundo, com unidades produtivas pequenas e médias, de tal modo que a Ford e a Volkswagen no Brasil, por

exemplo, não possa ser paralisada por uma greve de 15 ou 20 mil operários. Isso não interessa para essas empresas, pois elas preferem não mais ter uma fábrica com 15 ou 20 mil trabalhadores. A Volkswagen do Brasil chegou a ter 44 mil trabalhadores, se juntássemos as suas unidades produtivas, mas agora prefere ter empresas esparramadas em várias partes do mundo, porque se parar uma ali, ela continua produzindo aqui; se para outra aqui, ela produz ali. Com isso, fragmenta e dificulta a solidariedade de classe. É claro que muitas dessas categorias sindicais estão tentando, digamos assim, dar contemporaneidade ao seu sindicato, torná-lo um sindicato mais *de classes*. Participei, na Europa, de assembleias sindicais. Na Espanha, por exemplo, de uma assembleia convocada por uma central sindical, a Confederação Intersindical Galega (CIGA), da Galícia. Esta central fez uma assembleia para imigrantes. Nela, seus dirigentes diziam: “O nosso sindicato defende os trabalhadores imigrantes, não somos contra vocês, vocês terão espaço aqui, esse sindicato é um sindicato de classes, portanto, não importa se ele é espanhol, galego ou imigrante”. Isto é uma coisa nova. Muitos sindicatos ainda são xenófobos. Reproduzem a ideia de que se o estrangeiro vem tirar o nosso emprego, então, qual deve ser nossa primeira resposta? O ódio pelo estrangeiro. Daí a importância da experiência que relatei sobre o sindicato espanhol. Por outro lado, há também novos mecanismos de luta. Eu não sei se vocês assistiram ao filme *As neves de Kilimanjaro*. É um filme francês muito interessante, de uns quatro anos atrás. A trama envolve um jovem trabalhador precarizado e um velho trabalhador sindicalizado. O jovem trabalhador vê esse operário mais idoso, que se aposenta, tirar o -dinheiro para pagar as férias que ele sonhou a vida inteira: ir passear em Kilimanjaro, uma região de neve. É o proletário que depois de 30 anos de trabalho, se permite o luxo de gastar mil dólares em uma viagem com a esposa, comemorando a aposentadoria. No filme, o jovem está em desespero porque a justiça ameaça prendê-lo por não pagar pensão para a ex-mulher e a filha. Então, ele pensa, ao ver o aposentado saindo do banco: só me resta roubar esse cara, depois eu vejo o que faço. Aí a trama, aparentemente, sobre um roubo, salienta o conflito intraclasse e, num dado momento, o jovem diz: “Você é a culpa do nosso fracasso, porque você tem direitos, tem isso e aquilo e nunca pensou na gente”. E o velho operário se assusta e começa a perceber que não foi assaltado por um bandido. Enfim, o filme trata da tragédia social de nossos tempos. O jovem precariado, em muitos países que conheço e tenho acompanhado, como Portugal, Espanha ou Itália, não tem muita confiança no sindicato. Eles estão buscando associações, manifestações de massa, ao invés de greves, por que se o precário faz greve, ele é mandado embora e vem outro. Então, ele tem que fazer manifestações de massa nas ruas. Presenciei várias dessas

manifestações. Três meses atrás estive em uma conferência em Barcelona. Assisti a uma linda manifestação de jovens em La Rambla. Eles estavam lutando pelo emprego na área da cultura pública. Seus postos de trabalho, efetivos, estavam sendo substituídos por trabalho precarizado e eles se rebelaram. E como é que eles se rebelaram? Apitos, manifestações que tomaram a praça pública. Muitos desses casos não têm um sindicato apoiando, por um limite duplice: a incapacidade dos sindicatos de reconhecerem esse contingente, que eles não aprenderam ainda a representar; e, também, por outro lado, por certa restrição exacerbada da juventude operária a essas entidades. Para uma parcela desses jovens, todo sindicato está de algum modo corrompido, já que os direitos trabalhistas ficaram com aqueles trabalhadores mais velhos e não com os que estão chegando agora. Então, o contexto atual é rico, porque há muitas e diferenciadas lutas. Tendo a perceber, por exemplo, que esses jovens trabalhadores, com muita frequência, recorrem à experiência de movimentos sociais que são mais leves, vamos dizer assim, mais atados à vida cotidiana e menos a organismos mais tradicionais como os sindicatos.

Em alguma medida esse debate vale também para os partidos. Nosso desafio é tentar olhar esta nova morfologia do trabalho. O que venho dizendo é que a classe-que-vive-do-trabalho é uma classe trabalhadora marcada por uma nova morfologia. Sabe quantos trabalhadores e trabalhadoras de *call centers* temos no Brasil? Mais de 1 milhão e 500 mil. Essa categoria simplesmente não existia há 20 anos atrás, já que as trabalhadoras de *call centers* e telemarketing não são as telefonistas que atendiam o nosso telefone público de 20 anos atrás. Assim como elas, os trabalhadores de hipermercados, de *shopping centers*, motoboys, trabalhadores da indústria de hotelaria, hoje se esparramam pelo mundo inteiro, na medida em que o turismo é inteiramente mercadorizado. O turismo é um pólo fundamental de lucros para o capital. Temos, então, um conjunto de novos trabalhadores e novas trabalhadoras, em categorias que não existiam no passado, que lutam ao seu modo. Já existem greves no Brasil de trabalhadoras de *call centers/telemarketing*, já existem sindicatos no Brasil que representam essa categoria, composta, em sua maioria, 70%, por mulheres. Tratamos dessas questões em nosso projeto coletivo *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (Coleção Mundo do Trabalho). Acabamos de publicar o volume três há seis meses atrás e já estamos preparando o volume quatro. Temos procurado, em nossas pesquisas, apresentar esse amálgama diferenciado que compõe a nossa classe trabalhadora, nos mais distintos setores, e como eles têm reagido. Cresceram muito na Argentina, no Uruguai e também no Brasil, por exemplo, empresas recuperadas. Empresas que foram ocupadas por trabalhadores, quando o

patronato as abandonou. Esta é uma forma de organização. Na Argentina, grande parte das que foram recuperadas, ou pelo menos as que eu conheci, já conheci em bloco quatro delas, não contavam com a presença do sindicato. A ocupação havia sido feita diretamente pelos trabalhadores. Em outros casos, os sindicatos puderam ajudar. Tem uma empresa importante no Brasil que vai comemorar agora mais de 10 anos: a Flaskô. Estes trabalhadores lutam para que ela se torne uma empresa estatal, eles não querem ser uma cooperativa. Eles acreditam ser obrigação do Estado estatizá-la, preservando o direito dos trabalhadores, que é um dos problemas que nós sabemos que as cooperativas têm. Frequentemente, os direitos trabalhistas não são garantidos e, então, existe o risco de uma experiência cooperativa nova tornar-se também, ao mesmo tempo, uma forma de precarização dos direitos do trabalho.

**CADERNOS:** Essas questões todas nos fazem pensar sobre o caso brasileiro, onde o grau de exploração do trabalho tem sido bastante elevado, e a própria legislação social e trabalhista é relativamente recente, está sempre questionada e nem mesmo foi universalizada. Quais impactos podem ter para a sociedade brasileira as propostas em curso no Congresso Nacional de desregulamentação e flexibilização dessa legislação?

**Ricardo Antunes:** Os mais terríveis. Eu talvez só fizesse um contraponto para a tua pergunta. Temos uma área do nosso trabalho muito descoberta em termos de direitos (o setor informal), mas nós temos outra área, razoavelmente coberta, que é aquela celetista, e é esta que está sendo atacada duramente hoje, porque preserva direitos do trabalho. Eu costumo dizer, que a CLT tem um caráter bifronte no que concerne aos direitos do trabalho. Embora o Getúlio tenha assumido o papel do Estado *benefactor*, dando “de presente” para a classe trabalhadora os direitos sociais, é importante dizer que isso é um mito, é o mito do ‘getulismo’, o mito do pai dos pobres. A CLT contempla reivindicações pelas quais a classe trabalhadora lutava deste de 1905, 10, 17 e 20. Estudei com cuidado os anos 1930, 31, 32, 33, 34 e 35, que foram os primeiros anos da CLT. Como vocês todos sabem, a CLT resulta das medidas tomadas entre 1930, final de 30, até 1943, quando são todas condensadas num único documento, a Consolidação das Leis do Trabalho. Mas, como você com razão lembrava, a CLT não contemplava a legislação dos trabalhadores do campo, não contemplava a legislação rural, todo trabalho do campo era separado digamos assim. Todos os trabalhadores do campo eram excluídos, estavam excluídos da legislação, da CLT, na sua origem.

Visto dessa perspectiva, o quadro atual é então ainda mais grave. O empresariado brasileiro

financeiro, industrial, comercial, agro etc., vem tentando demolir o que ficou firme da nossa legislação social protetora do trabalho. E vem demolindo desde os anos 90, com Fernando Henrique. Desde Collor, vem enfiando cunhas dentro da CLT, ou na nossa legislação social, para nestas brechas ir quebrando os direitos antes conquistados. Se você não pode quebrar a CLT numa tacada, porque os sindicatos reagem, então você vai quebrando as vértebras e aquela ossatura que sustenta a CLT até que ela caia.

Dois episódios graves exemplificam isso hoje. Primeiro, o empresariado quer enfiar de modo brutal, por cima da classe trabalhadora, a primazia do negociado sobre o legislado. O que significa que, se uma empresa negociar com os seus trabalhadores algo aquém dos já direitos previstos, isso passa a ter prevalência, negando as conquistas históricas da classe trabalhadora. Não é preciso ir muito longe para perceber que se isso for aprovado, qualquer acordo que estabeleça ser possível pagar aos trabalhadores menos que o salário mínimo, assistiremos ao fim do salário mínimo, já que o negociado se impõe sobre o legislado. Essa é a primeira, digamos assim, medida que o empresariado busca impor a classe trabalhadora brasileira e só não será imposta se houver muita luta e resistência.

A segunda tem a ver com isso também, mas é ainda mais perversa, que é a terceirização. Eu já chamei esta segunda de ‘o retorno da escravidão no trabalho no Brasil’. Escrevi um artigo recentemente com o título de *A Sociedade da Terceirização Total*. É isso que quer o empresariado. Tudo deve ser, tudo pode ser terceirizado. E quando eu digo tudo, é tudo! Pilotos de avião podem ser terceirizados, juízes do trabalho podem ser terceirizados, e se a moda pega, a gente sabe como começa, mas quem pode dizer onde vai parar.

O PL 4330, que agora é PLC 30/2015 no Senado, hoje exclui o setor público no seu primeiro ou segundo artigo, mas no vigésimo sexto artigo o projeto diz que tudo o que foi dito anteriormente pode ser estendido ao setor público. É um “monstrengo”, é um Frankenstein típico do Congresso brasileiro. Aliás, o Frankenstein é tão evidente no Congresso brasileiro hoje, que basta olhar a fisionomia do presidente da Câmara dos Deputados para entender o que isto significa.

### **CADERNOS: Isso traduz também a total desresponsabilização do empresariado, não?**

O capitalismo sobre a hegemonia financeira não é o fim do trabalho. Não é isso. Afirmar isso

é um equívoco. Os economistas que dizem isso são pagos pelos bancos para dizerem o que os bancos querem que eles digam. Não é isso. O trabalho que o capitalismo quer sob a hegemonia financeira é um trabalho vilipendiado. O que se quer é a disponibilidade perpétua para o trabalho, a devastação completa dos direitos, a exaustão ilimitada do tempo de trabalho, o exaurimento do tempo de vida, é isto que o sistema financeiro quer fazer com que uns bilhões de homens e mulheres padeçam. E isso não é aceitável.

E qual é a resposta possível pra isso? Não é o sindicalismo negocial, não é o sindicalismo de parceria. Aliás, o sindicalismo de parceria, que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista ensaiou ao longo dos anos 1990 e 2000, faliu. Foi um processo, digamos assim, de fracasso completo. O sindicalismo negocial só funciona, aparentemente, em épocas de expansão, quando os sindicatos pensam que estão ganhando para valer. Quando estão ganhando muito é porque o capital acaba ganhando muito mais. Quando a crise sucede às expansões, e nós estamos vendo isso no ABC paulista e em todas as regiões industriais onde houve uma aceitação de um sindicalismo de parceria, as demissões em massa se sobrepõem. E agora sim, como o próprio sindicalismo do ABC está fazendo hoje, se quer impedir demissão, tem que fazer greve. O empresariado já ensinou que a negociação existe em épocas de bonança. Em épocas de não bonança é 'cassete' em cima da classe não trabalhadora.

**CADERNOS: A partir dessas questões todas, que papel cabe aos intelectuais críticos, sobretudo os que estudam o mundo do trabalho..., que papel eles podem desempenhar nesse contexto de avanço de setores ligados ao capital?**

**Ricardo Antunes** - Olha, a gente tem que sempre tomar muito cuidado para não exagerar o papel dos intelectuais de modo a cair num ciclo vicioso e equívoco de autoelogio, que não leva a nada. Até porque a intelectualidade crítica hoje é muito pequena. A intelectualidade dominante é servil. Ela faz assessoria para bancos, indústrias, grandes empresas. Ela ganha muito dinheiro fora do país. Há também muitos ex-intelectuais críticos, que se tornaram servos, hoje, pagos, como gostava de dizer o Florestan Fernandes, com pratos de lentilhas. Dois pratos de lentilhas e lá estão esses intelectuais fazendo servilismo voluntário, a servidão voluntária. Estamos vendo isso hoje, nesse momento em que a onda midiática – rádio, televisão, jornais – envolve a todos, uníssonos em defender a terceirização. Esta tese era dominante. Os grandes canais de televisão, com honrosas exceções, e programas em geral daqueles de TV a cabo, notívagos, na madrugada - eu participei de alguns - só trazem esses

intelectuais, que praticam a servidão voluntária para o capital. Neste sentido, é positivo o papel da intelectualidade crítica, que produz, que reflete em sintonia com as lutas sociais, porque há um processo de retroalimentação. As lutas sociais e sindicais dão força para esses intelectuais críticos, que são a sua matéria prima de análise, e os intelectuais críticos nas suas elaborações conseguem ajudar no debate junto aos sindicatos, aos movimentos sociais para mostrar as mazelas dessas medidas.

Menciono um caso exemplar. Para fazer frente à luta pelo desmonte dos direitos, pela terceirização, juízes do trabalho, procuradores do trabalho, advogados críticos do trabalho, sociólogos do trabalho, economistas do trabalho engajados, médicos do trabalho, os que defendem a saúde do trabalhador, psicólogos do trabalho, todos aqueles que tomam o mundo do trabalho como eixo analítico, saíram em batalha. Isto ajudou a reverter posições em meio ao embate de ideias. Eu sei que há artigos meus que são publicados. Eu, por felicidade que pude ter, publico na grande imprensa, nos grandes jornais, na 'Folha', no 'Estadão', entre outros. Mas sei que é exceção.

**CADERNOS: Houve uma audiência pública em que você e outros especialistas foram, e que as autoridades não tinham dimensão do que era aquilo que estava sendo colocado e que fez cair o apoio ao projeto.**

**Ricardo Antunes** - Três anos atrás houve uma audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho convocada pelo ministro do TST. Era o momento em que o empresariado queria convencer os juízes do Tribunal Superior do Trabalho a liberar a terceirização. Fomos em peso para o Tribunal. Enquanto os intelectuais servos do capital contavam as horas que eles falavam, para saber quanto eles iriam cobrar depois, nós íamos lá e falávamos com a alma, não ganhávamos nada. Então é claro que, para aqueles que defendem que a vida intelectual só tem sentido se ela é profundamente vinculada com o tempo social, com as lutas sociais, com as questões cruciais da vida cotidiana, isto é vital. Então, não escrevo uma linha se não for pensando que algum sentido social ela possa ter e possa ajudar alguns. Sem sobrevalorizar, já que a emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras será obra da classe trabalhadora, nós, enquanto intelectuais que fazemos parte da classe trabalhadora, nos vemos como partícipes disso.

Mas é melhor que a classe trabalhadora tenha intelectuais, parte da intelectualidade crítica do

seu lado, do que contra, porque contra já temos muitos. E nessa variante eu me inspiro no Florestan Fernandes, no Caio Prado Jr. e em tantos outros que pensaram as suas reflexões como Marx. Marx não escreveu *O Capital* para ter título de doutor ou de Honoris Causa. Marx escreveu *O Capital* porque sabia que aquela obra seria um ponto de ruptura.

**CADERNOS: A retomada da publicação dos cadernos do CEAS tem exatamente como objetivo dar espaço de publicação para os intelectuais que se colocam a serviço da reflexão a partir do ponto de vista da classe trabalhadora. E tendo isso como referência, pergunto: qual é a pauta que você sugere pra fazer avançar a reflexão do campo de estudos sobre o trabalho?**

**Ricardo Antunes** - Primeiro, fico muito feliz com essa retomada dos Cadernos do CEAS. É uma publicação que a gente conhece de muito tempo, sabe dessa imbricação de ser uma revista voltada para as lutas sociais. Então, primeiro saúdo, desejo vida longa nessa nova fase dos Cadernos. É muito importante lembrar que muitas das publicações nossas, que defendiam o mundo do trabalho, desapareceram, não conseguiram continuar pelos custos, pelas dificuldades, por tanta gente que mudou de lado, por dificuldades de várias ordens. E fico contente também que as universidades católicas de Salvador e de Pernambuco, através de vocês, intelectuais críticos e comprometidos, participem ativamente dessa retomada da revista, ajudando a calibrar a atuação do CEAS. Com o tempo a universidade pública e as universidades que têm compromisso com a ciência — como parte das universidades confessionais que ainda mantêm essa preocupação aberta, plural, e ao mesmo tempo reflexiva, crítica e científica —, buscaram entender os dilemas do nosso mundo a partir da dignidade do trabalho e da classe trabalhadora. Então eu penso que um papel importante da revista é agregar esses centros acadêmicos de reflexão crítica, de modo que eles possam estar presentes, junto com seus intelectuais, nessa nova fase que se inicia.

Sobre a pauta, acho que os Cadernos do CEAS devem contemplar essa compreensão sobre um mundo em que *tudo que é solido está derretendo*. Li sobre vários encontros de ministros da Fazenda e de presidentes de Bancos Centrais dos chamados países “avançados”, países do norte (não sei se são avançados na tragédia ou se são avançados em algum outro plano!). Li que eles não tinham a menor ideia do que era a crise. Alguns deles diziam que era uma crise estrutural, mais profunda que a de 1929. Diziam que não sabiam o que fazer, que não sabiam por onde começar. Então, é necessário primeiro entender o mundo em que vivemos hoje. Isso é, claro, uma provocação, uma ironia para mostrar a intensidade da crise de 2008 e a

necessidade de se refletir sobre um mundo que se transforma. E, quando eu falo de um mundo em transformação, refiro-me às transformações que, muitas vezes, o tornam pior. Se o Florestan estivesse vivo, ou o Octavio Ianni, nossos sociólogos críticos, que tive a oportunidade de conhecer, eles diriam que estamos numa *era das contrarrevoluções*. Por sorte, nós temos também rebeliões, mas são rebeliões e contrarrevoluções.

Então, primeiro entender esse mundo em que estamos vivendo hoje, segundo, porque esse mundo é um laboratório de uma sociedade, e a hipótese que eu venho explorando há um tempo também é que América Latina e Ásia são laboratórios de lutas sociais. No momento em que a Europa e os EUA também adentraram no olho do furacão, temos lutas sociais a nível global. A China, e até nós falamos pouco, é o país que tem as mais altas taxas de greve na última década. A socióloga norte-americana Beverly Silver tem feitos estudos interessantes sobre as greves na China, um país que se tornou plataforma do padrão de exploração mundial de trabalho. Na Foxcom, em 2010, ocorreram 13 suicídios e mais 17 tentativas, todos em resposta ao caráter violento do assédio, da exploração, da intensificação, dos adocimentos, dos vilipêndios do trabalho. Uma socióloga do trabalho de Taiwan chega a dizer que o futuro do trabalho passa, em alguma medida, por onde for o proletariado chinês. Isso não pode ser lido de forma literal, mas existem muitas lutas sociais no mundo asiático, assim como no Brasil. Quantas greves há hoje no Brasil, no dia vinte de outubro? Provavelmente há uma centena de greves hoje no Brasil. Uma delas é a dos bancários. Há duas semanas os bancos estão fechados. Quantos professores estão parados hoje, professores públicos no país? Muitos. Explorar, analisar essas rebeliões, dar espaço para essas lutas manifestações, passeatas, greves, sindicatos de novo tipo, movimentos sociais radicais.

Terceiro: estudar as condições da exploração do trabalho. Eu tenho dedicado meus bons 30, 40 anos, desde 75, quando comecei a trabalhar com esse tema, a entender as formas de exploração do trabalho, para denunciá-las e, ao mesmo tempo estudar as formas de luta existentes que as confrontam. Assim, como hoje, estamos vivendo um movimento que tem certo tempero da contrarrevolução, se nós estivéssemos fazendo essa entrevista quatro anos atrás, em 2011, eu diria que nós estávamos numa era das rebeliões. Uma era das rebeliões pode se converter numa era das revoluções. Mas não foi isso que ocorreu. Estamos hoje mais próximos de uma era mais das contrarrevoluções. Mas esse quadro pode mudar, como se alterou de 2011 para cá. O último que tentou dizer que o capitalismo era o fim máximo da sociedade foi o Fukuyama, que ninguém mais leva ele a sério. Nem ele deve se levar a sério,

se ele tiver algum momento de autocrítica, deve ter noção que a idiotia tem algum limite.

Então, nós temos que entender que não é possível olhar o mundo e dizer categoricamente que o mundo vai pra lá ou pra cá. O mundo é uma disputa cotidiana. E o mundo irá pra onde a humanidade laborativa, cotidianamente, decidir para que ele deve ir. Mas isso nem a humanidade sabe. Ela constrói combinando experiências, lutas, ações espontâneas e reflexões. Se os Cadernos do CEAS conseguirem ajudar um pouco nisso, terá cumprindo uma função muito importante que, por certo, espero poder ajudar, com as nossas limitações, mas do jeito que eu puder.

**CADERNOS:** Os Cadernos muito agradecem por sua generosidade e atenção.

## **ENTREVISTA COM O PROF. RICARDO ANTUNES**

### **Abstract**

Ricardo Antunes, in a long interview to Cadernos, discusses the impacts of the capital crisis, indicating the expansion of the world wide structural degradation process of labor; reviews some hypothesis of the his own books - Adeus ao trabalho? (Goodbye to work?) and Os sentidos do trabalho? (The meanings of work?); advances the hypothesis that currently investigates the collective project Riqueza e miséria do trabalho no Brasil (Wealth and misery of labor in Brazil) which is going to its four volume. Controversial, it updates the discussions around the centrality of work and of the country as well as the permanence of Value Theory, mobilizing the contributions of authors whose theories are close to him such as István Mészáros, or opposing theories as Jürgen Habermans and A. Negri..

**Keywords:** Capital crisis. Centrality of work. Deterioration of work.